

# ANÁLISES DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PARINTINS-AM: CENTRO EDUCACIONAL DE TEMPO INTEGRAL-CETI, HOSPITAL PADRE COLOMBO E PORTO DE PARINTINS.

<sup>1</sup>Cirrana Soares Leal

<sup>2</sup>Tatiana da Rocha Barbosa

## Resumo

Mobilidade e Acessibilidade são temas que abarcam o acesso dos cidadãos a cidade, nesse contexto as instituições públicas como parte da cidade precisam proporcionar acesso e mobilidade, permitindo assim, que todos usufruam desses espaços públicos, inclusive pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo compreender os elementos que permitem a acessibilidade e mobilidade nas instituições públicas de Parintins-AM. Para isso foi elencado três importantes instituições: a Escola Estadual Centro Educacional de Tempo Integral – CETI, Hospital Padre Colombo e Porto de Parintins. Considerando que o fluxo de pessoas nessas instituições é constante e precisam garantir uma mobilidade a todos. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico, elaboração de planilhas, questionários, pesquisa de campo, e tabulação dos dados. Constatou-se que em parte as instituições públicas não estão adequadas com a norma da ABNT 9050/2004, apesar disso com a aplicação dos questionários verificou-se que na opinião dos usuários, todas as instituições proporcionam acessibilidade. Entretanto é necessário primeiramente responder a questão: Pra quem é o acesso e mobilidade? Somente fazendo está reflexão, finda-se que as instituições pesquisadas estão acessíveis apenas a pessoas sem e com mobilidade reduzida, porém o acesso é restrito a cadeirantes e deficientes visuais, devido à ausência de infraestruturas adequadas, ocasionando a exclusão desses cidadãos do convívio em sociedade.

**Palavras-chave:** Mobilidade e acessibilidade; Instituições Públicas; Norma ABNT 9050/2004.

---

<sup>1</sup> Cirrana Soares Leal, Acadêmica do Curso de geografia. Universidade Do Estado Do Amazonas-CESP, E-mail: cirranasoaresleal@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora Prof.<sup>a</sup> MSc: Tatiana da Rocha Barbosa

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Existem vários direitos que passam despercebidos aos olhos dos cidadãos inclusive os de ir e vir e usufruir dos espaços urbanos. Mobilidade e Acessibilidade são temas que abarcam o acesso dos cidadãos a cidade, nesse contexto as instituições públicas como parte da cidade devem proporcionar acesso e mobilidade, permitindo assim, que todos usufruam desses espaços públicos, inclusive pessoas com mobilidade reduzida, deficientes físicos e visuais.

Nesse sentido, a pesquisa analisou se as instituições Públicas que compõem a cidade de Parintins: Centro Educacional de Tempo Integral-CETI "Dep. Gláucio Gonçalves", Hospital Padre Colombo e Porto de Parintins, proporcionam acessibilidade e mobilidade, visto que as mesmas são frequentadas diariamente pelos cidadãos. Sendo assim, os objetos da pesquisa incidiram nos prédios das instituições elegidas (infraestrutura e instrumentos de mobilidade urbana) e o sujeito da pesquisa, os cidadãos que frequentam essas instituições.

Para a realização do projeto, utilizou-se a abordagem metodológica do materialismo histórico dialético, que conduziu os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, elaboração de planilhas, questionário e pesquisa de campo.

Como aporte teórico utilizou-se os estudos de Vitor Ribeiro Filho e Lidiane Aparecida Alves (2011 e 2012), que abarcam os diversos conceitos de mobilidade e acessibilidade. Já Beatriz Cunha Vasconcellos (2011) aborda a relação do cidadão com a cidade, onde a cidade tem que se adequar aos cidadãos com mobilidade reduzida e não o contrário, Fernando Antônio Navarro (2010) fala de como a acessibilidade é vista na atualidade, de forma obrigatória, sendo que deveria ser algo espontâneo no espaço urbano, utilizou-se também as Normas da ABNT 9050/2004, para verificar se as instituições pesquisadas estão adequadas ao que é estabelecido na norma.

Constatou-se que em parte as instituições públicas não estão adequadas com a norma da ABNT 9050/2004, apesar disso com a aplicação dos questionários verificou-se que na opinião dos usuários, todas as instituições proporcionam acesso e mobilidade. Entretanto, precisar-se responder primeiro as questões: Pra quem é o acesso e mobilidade? Pessoas sem mobilidade reduzida, com mobilidade reduzida, cadeirantes ou deficientes visuais? Somente fazendo está reflexão, constatou-se que tais instituições estão acessíveis a pessoas sem e com mobilidade reduzida, porém para cadeirantes e deficientes visuais o acesso é restrito, pelas falta de infraestrutura, o que acaba por excluir esses cidadãos do convívio em sociedade.

## **1 CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE**

Mobilidade e acessibilidade ganharam destaque em função da necessidade de inclusão de pessoas com mobilidade reduzida na sociedade, gerando a errônea interpretação que as mesmas referem-se apenas a pessoas com necessidades especiais, o que não é verídico, pois, abrangem todos os cidadãos.

Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (Norma ABNT 9050/2004).

Mobilidade e acessibilidade apesar da similaridade, não são sinônimos, contudo possuem conexão. Navarro (2010.p.1) afirma que “a questão de acessibilidade sempre foi vista mais com o sentido da obrigação ou o favor do que com o sentido da cidadania”. Vista como condição que todo cidadão possui, como os direitos civis e políticos, logo acessibilidade tem que ser tratado como uma ação de cidadania.

Para compreender o que é acessibilidade podemos verificar na Norma NBR 9050/2004, onde define que “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”, ou seja, a condição de locomoção para qualquer lugar com total autonomia e segurança, abrangendo assim, a cidade e os espaços urbanos que perpassarem pela mente.

Acessibilidade quando presente nos espaços públicos e privados proporciona qualidade de vida melhor a todos (SANTOS 2012). E para que haja qualidade de vida adequada, necessitar-se de instituições acessíveis, que possibilitem a entrada de qualquer pessoa.

Ao dialogar sobre acessibilidade o individuo passa a refletir profundamente sobre todos os aspectos da cidade, analisando a infraestrutura viária, modos de transportes, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos, os quais devem permitir que as pessoas usufruam de maneira igualitária, com acesso a todos os bens e serviços (RIBEIRO FILHO 2012. p.166).

Essa reflexão que o autor aborda é essencial para que a sociedade possa reconhecer seus direitos e sair da zona de conforto, exigir, esticar, criticar e ver que as cidades carecem de ruas acessíveis, praças adequadas, instituições onde um cidadão com mobilidade reduzida

possa ir e vir sem se preocupar, com barreiras, empecilhos no seu caminho. Sensibilizar e olhar para o próximo, pôr-se no lugar do outro, e assim mudar atitudes como: estacionar em vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais, não colocar barreiras em calçadas que são públicas, não privadas.

Ter acesso à cidade é o conceito básico que norteia a perspectiva de uma política urbana correta, com a finalidade de proporcionar uma cidade saudável, criando condições de ação mútua entre a cidade e os diversos segmentos que compõem o espaço urbano, tornando-se um lugar das diferenças, com acesso e heterogêneo (SANTOS 2012, p.175).

O acesso aparece como condição de cidade saudável, onde as relações sociais são vividas de maneiras igualitárias, um elemento que deveria ser visado no planejamento das cidades.

E quando o assunto é planejamento de cidades, um termo vem ganhando destaque nos últimos anos, denominado de “desenho universal” que de acordo com a NBR 9050 (2004), “é aquele que visa atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população” (NBR. 2004 p.28), utilizar o desenho universal nos projetos urbanos é um importante passo para a construção de cidades saudáveis onde todos podem ser inseridos, mesmo que possuam mobilidade reduzida.

Mobilidade é outro termo que se destaca quando o assunto é referente à facilidade de deslocamento tanto das pessoas como de bens de serviços dentro do espaço urbano. É necessário que ocorra uma interação das pessoas e bens com a cidade onde cada indivíduo vai usufruir da cidade de acordo com suas possibilidades de renda. Como argumenta Vasconcellos (1996) o Ministério das cidades ainda considera que,

A mobilidade urbana pode ser entendida como um atributo associado às pessoas e bens; corresponde às diferentes respostas dados por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamentos, considerando o espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidos (BRASIL, 2004, p. 13. Apud VASCONCELLOS, 1996)

Como o autor afirma a mobilidade retrata a possibilidade do indivíduo ou bens de serviço se deslocar de um lugar para outro, ou seja, para que o pedestre possa se locomover ele necessita de uma boa infraestrutura viária, como ressalta Ribeiro Filho (Et al 2012, p.166),

O termo mobilidade urbana reúne os aspectos físicos, ou seja, a infraestrutura viária (geometria, pavimentação, largura das vias, número de faixas, rampas, sinalização, etc.) necessários para que os deslocamentos aconteçam e também os sistemas e modos de transportes envolvidos, como: os motorizados individuais (automóveis,

motocicletas, etc.), transporte coletivo urbano, e modos não motorizados (pedestres, ciclistas e veículos de propulsão humana ou animal).

A infraestrutura das ruas tem que estar em boas condições de uso, pavimentadas, sinalizadas, larguras adequadas aos fluxos de veículos, não importa a maneira que se utiliza para deslocasse (carro, moto, bicicletas ou pés) as cidades precisam estar preparadas para promover essas possibilidades aos seus cidadãos.

A mobilidade urbana vem justamente tratar de políticas do planejamento urbano sustentável, que visam universalizar meios de transportes públicos, ações para modos não motorizados e dano causado pelos veículos motorizados, esse planejamento deveria ocorrer em prol à qualidade de vida das pessoas (VASCONCELLOS, 2011).

Uma qualidade de vida que não exclua um cadeirante, um deficiente visual ou pessoas com mobilidade reduzida, de frequentar determinados espaços públicos de uso coletivo, pois certos espaços públicos acabam tirando a autonomia de uma pessoa com necessidades especiais que estão justamente, tentando sua liberdade de locomoção, sua independência pessoal.

Por isso as questões de acessibilidade e mobilidade devem está presente nas instituições públicas, porquanto são construídas para a população, uma população com diferenças, sociais, culturais e até mesmo físicas, cidadãos que possuem seus direitos garantidos, os quais precisam ser cumpridos.

## **2 INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PARINTINS**

Parintins é conhecida internacionalmente pelo seu Festival Folclórico, está localizada no estado do Amazonas, cerca de 340 quilômetros da capital, Manaus. Sua área é de 5.952 km<sup>2</sup>, representando 0.3789 % do estado do Amazonas, 0.1545 % da Região Norte e 0.0701 % de todo o território brasileiro. Desse total 12,4235 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. Possui 110.411 habitantes, de acordo com a estimativa 2014 do IBGE.

Geograficamente a ilha de Parintins está numa localização privilegiada, pois se localiza a margem direita do rio Amazonas, o maior rio do mundo e principal meio de transporte da região. Apesar te todos seus atrativos turísticos, é preciso averiguar se as instituições públicas estão adequadas para receber seus visitantes.

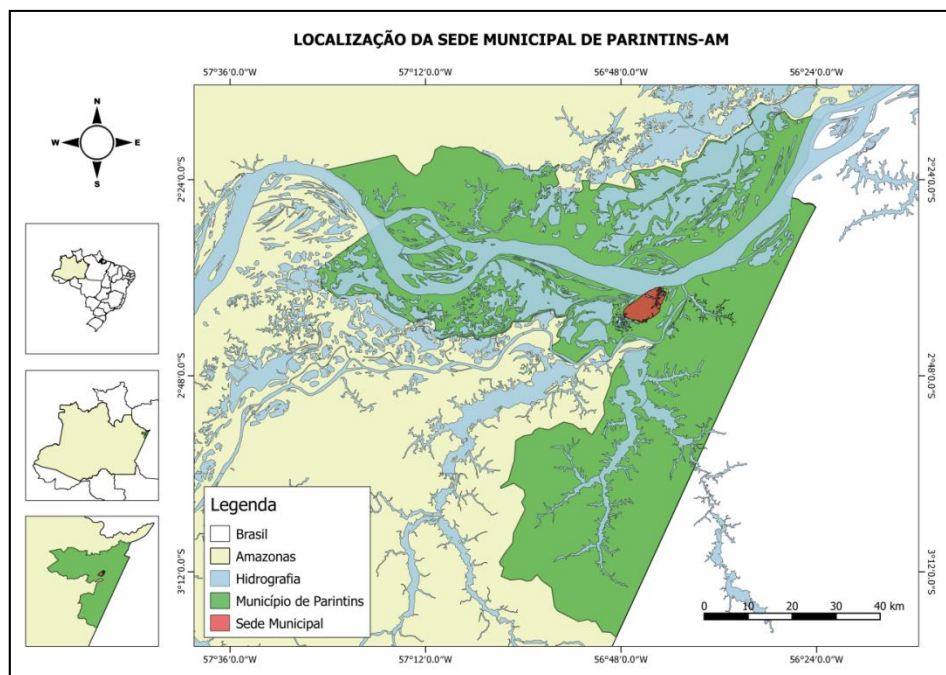


Figura 01: Localização da Sede Municipal de Parintins-AM.

Fonte: Bases cartográficas digitais: CPRM (2013) / Organização: Rildo Marques; Cirrana Leal, 2015.

Por isso ao falar de instituições públicas onde o próprio nome se destaca como “do uso de todos”, o acesso deve ser assegurado. Instituições Públicas como podemos verificar na Norma 9050/2004, “é aquelas administradas por entidades da administração pública direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinados ao **público em geral**” (NBR 9054/2004) [Grifo nosso]

Se a Norma garante, que nas instituições públicas o acesso é destinado ao público em geral, logo o cadeirante, o deficiente visual e etc. possuem o direito de usufruir desses lugares, como qualquer outro cidadão.

Pois a acessibilidade como ressalta Ribeiro Filho:

Significa a condição do indivíduo se movimentar, locomover e atingir um destino desejado, ‘dentro de suas capacidades individuais’, isto é, realizar qualquer movimento ou deslocamento por seus próprios meios com total autonomia e em condições seguras, mesmo que para isso precise se utilizar de objetos e aparelhos específicos (BRASIL, 2007. Apud RIBEIRO 2012, p.166)

Portanto as estruturas dos prédios precisam se adequar aos seus usuários, para que assim, todos tenham condições de utilizar-se das instituições públicas que compõem as cidades, assim como o entorno dessas instituições que devem apresentar uma mobilidade, ou seja, calçadas adequadas, vias e ruas com condições acessíveis, sinalizações, faixas e etc.

A pesquisa concretizou-se em três instituições públicas: Centro Educacional de Tempo Integral-CETI, Hospital Padre Colombo e Porto de Parintins.

O Porto de Parintins, pois o mais importante meio de transporte da cidade são os barcos, logo o fluxo de pessoas que se utilizam do porto é grande, devido às relações comerciais, culturais e econômicas. O Hospital Padre Colombo, pois o fluxo de pessoas é constante, porque além de atender os moradores locais, também atende ribeirinhos de outras comunidades. E por último o Centro Educacional de Tempo Integral-CETI, que é a primeira escola de tempo integral da cidade de Parintins. Essas instituições serão abordadas com mais detalhes a seguir.

## 2.1 Localizações do Centro Educacional de Tempo Integral – CETI. Hospital Padre Colombo e Porto da Cidade.

Para realização da pesquisa foram propostos três setores: da educação; de saúde e de transporte. Para representar o setor da educação foi selecionado o Centro Educacional de Tempo integral – CETI, o setor de saúde o Hospital Padre Colombo e por Último o setor de transporte o Porto de Parintins.

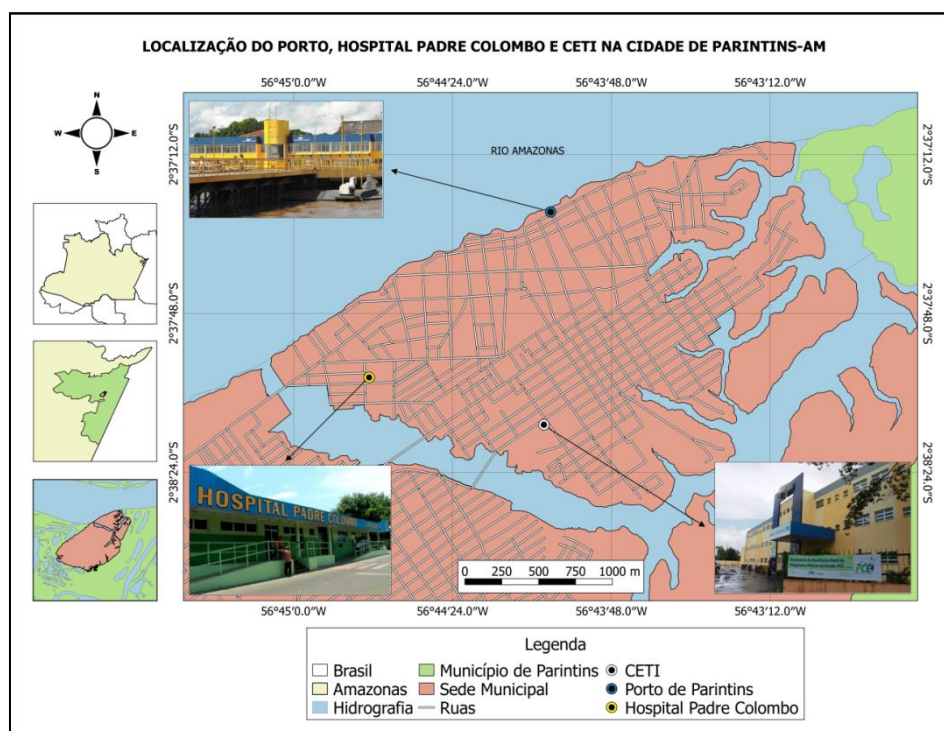


Figura 02: Localização das áreas de pesquisa.

Fonte: Bases cartográficas digitais: CPRM (2013) / Organização: Rildo Marques; Cirrana Leal, 2015.

Ao locomover-se pela cidade um cidadão sem deficiências ou mobilidade reduzida, desconhece as dificuldades que um cadeirante ou deficiente visual enfrenta pra percorrer o mesmo caminho, por isso é tão importante abordar esses temas.

Conforme o relatório de gestão (2014), o município de Parintins, é composto por dois hospitais. O Hospital Dr. Jofre Cohen, mantido pelo Estado e pelo Município, e o Hospital Padre Colombo, de natureza Filantrópica (Diocese de Parintins), convencionado com o Estado, através da secretaria Municipal de saúde – SEMSA/SUSAM-AM.

### **2.3 Hospital Padre Colombo um Breve Histórico**

Para análise de pesquisa foi elencado o Hospital Padre Colombo, que localiza-se na Rua Oneldes Martins, 3515 - José Esteves, Parintins – AM (figura 01). Segundo a secretária do hospital, a estimativa mensal de atendimentos varia entre 3.049 a 5.000 pacientes.

Com o intuito de compreender os motivos que levaram a construção do Hospital foi necessário voltar ao passado e para tanto, buscou-se fonte nos arquivos particulares da instituição.

Na tarde de 08 de março de 1962, ocorreu um acidente de trânsito envolvendo os condutores de uma motocicleta e de um automóvel, o acidente aconteceu no cruzamento das ruas Silvia Meireles e Paes de Andrade e envolveu o funcionário da empresa Martins Melo conhecido como Fernando Português e um missionário do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), chamado **Padre Colombo**. Com a colisão, o referido padre foi atirado de sua moto, chocando-se contra a calçada de uma das residências daquele logradouro, sofrendo traumatismo abdominal. Diante da fatalidade, foi conduzido ao Hospital da Fundação SESP. Porém, não tendo resistido ao traumatismo, veio a falecer no dia 09 de março de 1962.

A partir de então, seu amigo e superior Dom Arcângelo Cérqua, observando a exíguo serviço de assistência médica, somando as dificuldades de locomoção das pessoas carentes para centro, idealizou e projetou a construção de uma unidade de saúde, capaz de atender a todos que necessitassem de assistência médica, em especial aquelas pessoas desprovidos de maiores recursos financeiros. (ARQUIVO DO HOSPITAL)

A inauguração do hospital ocorreu no dia 04 de setembro de 1976, às 16: 40h e levou o nome do falecido missionário. Hoje o Hospital além de atender a demanda do município, também atende as demais cidades e comunidades circunvizinhas.



## **2.4 Porto da cidade de Parintins**

O Porto da cidade de Parintins, localizado na Rua Ruy Barbosa, Parintins, AM, no centro da cidade (figura 01), e ocupa uma área de 7.795,00 m<sup>2</sup>, sendo que só o cais flutuante possui uma área total de 2.112,30 m<sup>2</sup>.

Foi inaugurado como Terminal Hidroviário de Parintins no dia 17 de setembro de 2011, porém segundo o administrador da instituição o Porto ainda não possui um nome, e a escolha do mesmo está em andamento na câmara municipal.

Entretanto o porto de Parintins já funcionava há muitos anos atrás, como argumenta Souza (2013, p.45) “A lei nº 14, 4 de dezembro de 1954, aprova um orçamento de crédito especial de Duzentos Mil Cruzeiros (Cr: 200.000.00) para a construção da rampa municipal, que se constituía como um dos principais portos da época”.

Souza (2013, p.45) afirma que,

no que se refere ao porto de Parintins, este sempre foi bastante movimentado, principalmente para o embarque e desembarque de pessoas, mercadorias e produtos. Também servia como ancoradouro para navios de grande porte como os do Llyod Brasileiro, vapores e lanchas. Primeiramente se construiu uma rampa no porto da cidade, a qual posteriormente foi substituída pela construção de um trapiche, depois cais e hoje terminal Hidroviário de Parintins.

O porto é um lugar de múltiplas relações, tanto econômica, sociais e culturais. Um lugar de chegada e saída de diversos tipos de mercadorias, o que é essencial para alavancar a economia da cidade, assim como as relações de saída e entrada de pessoas, o que influencia consideravelmente a dinâmica e o funcionamento da cidade de Parintins, inclusive com o turismo que a cidade recebe, como os navios de grande porte que trazem turistas do mundo todo.

Conforme os dados da instituição de 2015 em janeiro um mês de férias, onde as pessoas aproveitam para viajar o porto recebeu 21.660 passageiros e em junho na época do festival folclórico, o qual atrai muitos turistas recebeu 31,054 passageiros.

## **2.5 CETI de Parintins**

Por ultimo a instituição que englobou nossa pesquisa foi o Centro Educacional de Tempo Integral- CETI "Dep. Gláucio Gonçalves", localizado na zona central de Parintins, na Rua Fausto Bulcão, bairro de Palmares (figura 01).

A Escola Estadual CETI é a primeira escola de tempo integral da cidade de Parintins e foi inaugurada no dia 04 de julho de 2011, às 16h pelo então Governador Omar Aziz. O Governo do Estado e a SEDUC prestam homenagem ao ex-deputado parintinense Gláucio Gonçalves, nascido no dia 13 de outubro de 1931, na cidade de Parintins, filho de Pedro Ferreira Gonçalves e Nazaré Bentes de Jesus Gonçalves.

O CETI de Parintins está construído em uma área de 10.000m<sup>2</sup>. O espaço físico comporta o complexo de um projeto arquitetônico, que envolve três pavimentos, recebe diariamente segundo a gestora uma estimativa de 1.500 pessoas (alunos, Funcionários e pais dos alunos).

## **3 FINALIDADES DA PESQUISA E CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA SUA REALIZAÇÃO**

A pesquisa teve como objetivo principal, compreender os elementos que permitem a acessibilidade e mobilidade no Porto de Parintins, Hospital Padre Colombo e CETI. Assim foram analisados quais elementos existem nas instituições, se eles estavam adequados às normas.

Para realização dos objetivos específico, buscou-se primeiro detectar as principais dificuldades enfrentadas pelos cidadãos que estavam no local na hora da pesquisa, foi feito análise dos instrumentos de acessibilidade: Estacionamento, Rampas, Escadas, Portas, Piso, Banheiros e Mobiliários.

Para concretização da pesquisa elegeram-se três importantes instituições: o porto de Parintins, hospital Padre Colombo e o Centro Educacional de Tempo Integral-CETI.

A Pesquisa foi dividida em quatro etapas distintas e complementares:

- A primeira etapa: realizou-se levantamento bibliográfico para fundamentação teórica sobre acessibilidade e mobilidade;

- Segunda etapa: Houve a elaboração de planilhas (ver pg. 35 a 39) com itens das normas da ABNT 9050/2004, para avaliação de acessibilidade e mobilidade, especificando seis elementos: rampas, portas, escadas, sanitários, estacionamentos e mobiliários, bem como a elaborado um questionário (ver pg. 40) com questões fechadas aplicado a aleatoriamente aos usuários das instituições que se encontravam no momento da pesquisa, que teve como objetivo analisar as dificuldades de acesso, nas instituições.

- Terceira etapa: realizou-se a pesquisa de campo; mediante a observação, medição e fotos, foram analisados e respondidos cada elemento da planilha elaborada na etapa anterior, verificou se os elementos de mobilidade urbana estavam de acordo com a norma 9050/2004; também foram detectadas as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas presente no momento da pesquisa, através dos questionários aplicados aleatoriamente, 15 questionários em cada instituição.

- Quarta etapa: concretizou-se com a tabulação dos dados, transformando em tabela e gráficos para apresentação do relatório final.

#### **4. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: CETI, HOSPITAL PADRE COLOMBO E PORTO DA CIDADE.**

Para análise dos instrumentos de acessibilidade utilizou-se planilhas (ver pg. 35 a 39), elaboradas de acordo com as normas da ABNT 9050/2004, com intuito de verificar se os instrumentos de mobilidade existentes nas instituições pesquisadas estão adequados.

No entanto, para avaliar se as instituições proporcionam condições de acessibilidade e mobilidade, é necessário verificar primeiro como se encontra a área de circulação externa, pois é um fator importante para cadeirantes, deficientes visuais, e pessoas com mobilidade reduzidas a garantia de dimensões mínimas (área requerida para manobra de cadeirante) que permitam a circulação de forma segura e confortável e sem empecilhos no caminho para o acesso a esses lugares públicos. Por isso, o primeiro item avaliado nas instituições, foram os estacionamentos.

### ✓ Estacionamento:

Constataram se as edificações pesquisadas estavam providas de estacionamento próprio e adequadas às normas da ABNT, em caso positivo, verificou as seguintes informações: o mesmo tinha o número de vagas reservadas para veículos conduzidos, ou que conduziam pessoas com necessidades especiais, às vagas reservadas se encontrava localizadas em área próxima à entrada da edificação, as dimensões das vagas atendiam o mínimo estabelecido na norma, às vagas dependendo de suas localizações continham espaços adicionais para a circulação de cadeiras de rodas, as localizações das vagas permitiam o acesso direto à rota acessível, no caso de inexistência de estacionamento próprio, a administração requereu ao órgão de trânsito local manifestação sobre a viabilidade de implantação de vagas na via pública.

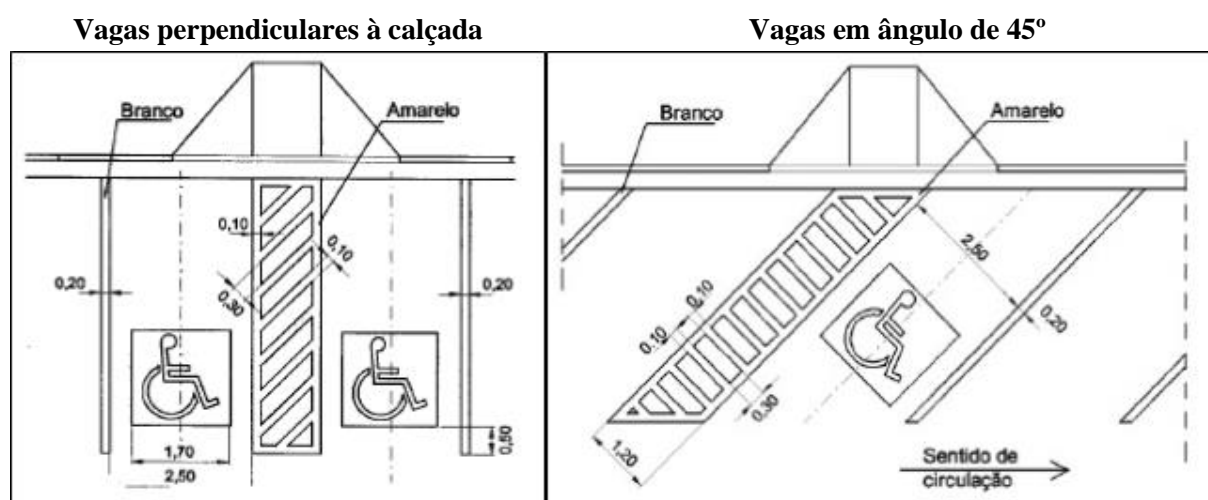


Figura 03: Modelo das vagas para pessoas com deficiência física de acordo com a norma  
Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

A Escola Estadual CETI, possui estacionamento próprio, porém não há vagas reservadas, não possui uma organização, separação dos veículos e nem um tipo de sinalização como pode ser verificado na figura 01.



Figura 04: Estacionamento da Escola Estadual CETI  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O Hospital Padre Colombo não possui estacionamento próprio, porém a prefeitura da cidade autorizou o uso de uma área, que fica localizado na frente do hospital (figura 02) para o estacionamento de veículos, contendo uma única placa reservando uma parte desse espaço aos taxistas. Porém esse espaço é insuficiente para a demanda dos veículos do hospital e não há vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais, além de não haver organização com sinalizações no chão e placas.



Figura 05: Estacionamento do Hospital Padre Colombo  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O porto de Parintins possui estacionamento próprio, o espaço é maior que nas duas instituições já citadas, e possui algumas placas (organizando o espaço) como: placa para táxis,

mototáxi, automóveis com carga pesada. Entretanto não há vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais.



Figura 06: Estacionamento do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

#### ✓ **Rampas:**

É um plano inclinado, feito de concreto, que serve para facilitar o acesso (subir e descer). Entretanto ocorrendo inclinações superiores aos limites permitidos, não viabilizará o acesso de pessoas com mobilidade reduzida em especial a pessoas em cadeiras de rodas. Sendo assim as definições das características e composição das rampas é resultado da aplicação dos parâmetros condicionantes estabelecido na norma.

Visou-se analisar se: as rampas existentes nas instituições possuíam acabamento em material antiderrapante previsto na norma, os desníveis máximos de cada segmento atendiam os máximos admissíveis estabelecidos, a largura das rampas era igual, ou superior, ao mínimo admissível de 1,20 m (recomendado 1,50 m), as rampas dispunham de patamares em seus início e término, com comprimento igual ou superior aos mínimos de 1,20 m, entre os segmentos e mudanças de direção das rampas existiam patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m.

Também observou se as rampas possuíam paredes laterais, ou em caso negativo, as mesmas dispunham de guias de balizamento, corrimãos em duas alturas e guarda-corpos (ver na imagem 08), os corrimãos atendiam os critérios e parâmetros definidos na norma, as inclinações transversais das rampas internas ou externas excedem, respectivamente, a 2% 3%, e se no início e término das rampas, encontravam instalado piso tátil de alerta, em cor

contrastante com o piso, com largura entre 0,25 m e 0,60 m, e afastados de até 0,32 m do ponto onde ocorre a mudança dos planos.

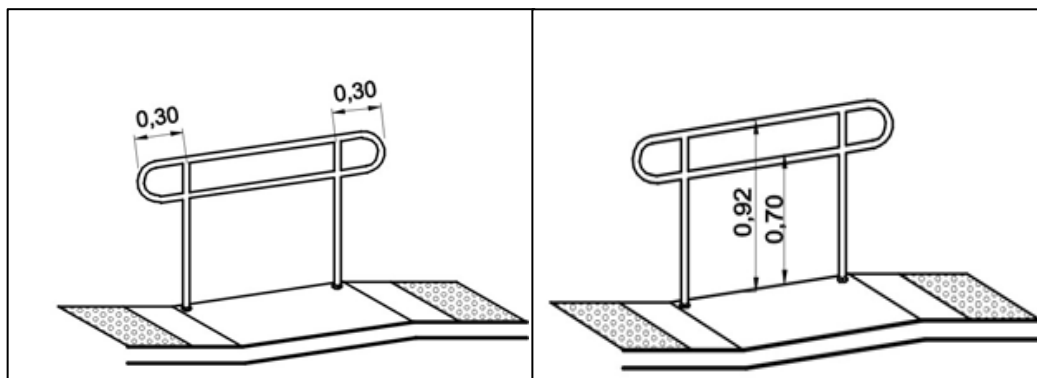


Figura 07: Modelo da rampa de acordo com a norma  
Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

O CETI contém três rampas, a rampa interna, apresenta largura adequada, os corrimãos e a inclinação cotizam com a norma, o que possibilita o acesso de pessoas cadeirantes. Porém, não há piso tátil como a norma estabelece o que dificulta a locomoção de um deficiente visual. As outras duas rampas da instituição não possui largura adequada assim como os outros itens que a norma determina.



Figura 08: das rampas do CETI  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Já no Hospital Padre Colombo há duas rampas (figura 09) que estão localizadas na frente do hospital, a rampa 01, possui largura adequada, mas a inclinação, o corrimão e piso não estão de acordo com a norma da ABNT. A segunda rampa possui largura de 83 cm o que está totalmente imprópria a norma, bem com a inclinação que é muito elevada e o corrimão que se encontra inadequado.



No porto tem uma pequena rampa que proporciona acesso ao prédio e está bem sinalizada para cadeirante. (figura 09, lado direito)



Figura 09: rampas do hospital Padre Colombo e Porto de Parintins.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

#### ✓ Escada e degraus isolados

É uma estrutura fixa ou móvel, constituída de uma série de degraus, por onde se sobe ou desce para atingir pontos ou planos em alturas diferentes. Porém se os patamares dos degraus e espelhos (parte vertical da escada). Não estiverem adequados, podem dificultar a locomoção de pessoas com muletas ou bengalas, ou mesmo pessoas apresentando desequilíbrios, podem sofrer acidentes, principalmente pela ausência de corrimão adequado (dimensões: altura de fixação e extensão).

Por isso a pesquisa verificou se as escadas e os degraus isolados atendiam os seguintes critérios: nos lances das escadas os degraus continham dimensões constantes, as larguras das escadas atendiam o mínimo admissível de 1,20 m, o primeiro e o último degrau das escadas encontravam afastados, no mínimo, 0,30 m da área de circulação.

Também foi observado se as escadas dispunham de corrimãos instalados em ambos os lados na altura de 0,92 m do piso, os corrimãos instalados prolongavam-se, no mínimo, 0,30 m antes do início e após o término da escada, sem interferência na área de circulação, se opcionalmente, quando a característica dos usuários assim o exigir (público infantil, por exemplo), os corrimãos se encontravam instalados em duas alturas, 0,90 m e 0,72 m ao início e término das escadas, encontravam instalado piso tátil de alerta em cor contrastante com o piso, com largura entre 0,25 m e 0,60 m, e afastados de até 0,32 m do ponto onde ocorre a



mudança dos planos, os corrimãos se encontram sinalizados, com anéis com textura contrastante com a superfície e com sinalização em Braille.

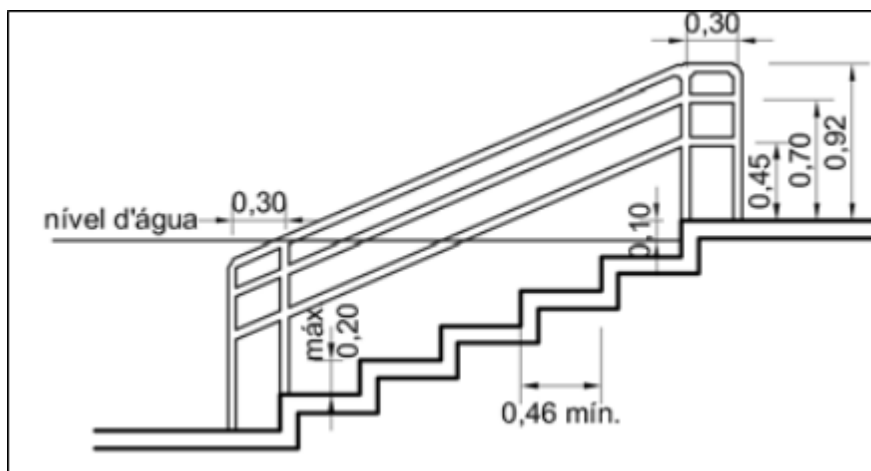


Figura 10: Modelo da Escada de acordo com a norma  
Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

Na escola estadual CETI, não há escadas por isso não foi realizada nenhuma avaliação. No Hospital Padre Colombo há duas escadas na entrada da instituição, a largura e a dimensão das escadas estão corretas, porém não possui corrimão (figura 07).

No Hospital Padre Colombo há duas escadas na entrada da instituição, a largura e a dimensão das escadas estão corretas, porém não possui corrimão (figura 07).

No porto da cidade há três escadas, uma externa e duas internas. A escada externa tem largura e dimensão ajustada, mas o corrimão não está na altura certa e o piso encontrasse danificado na entrada da escada. Das duas internas uma está mais adequada, com corrimão dos dois lados em altura apropriada, sua dimensão condiz com a norma. Contudo a escada que leva ao banheiro não possui corrimão os degraus estão numa dimensão mais elevada que o exigido na norma.



Figura 11: Escadas do hospital Padre Colombo e Porto de Parintins.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

## ✓ Porta

É a abertura em parede, ao nível do solo ou de um pavimento, para dar entrada ou saída a um local. As portas estão inseridas no grupo dos principais elementos causadores de inconformidades em edificações, tornando-se comum principalmente em imóveis mais antigos, com dimensões inferiores ao mínimo.

A pesquisa verificou: se os vãos livres das portas em rotas acessíveis tinham largura mínima de 0,80 m, se as portas compostas por duas ou mais folhas pelo menos uma tinham largura mínima de 0,80 m, portas localizadas em locais de prática de esportes continham vão livre mínimo de 1,00 m, as maçanetas instaladas eram do tipo alavanca, os acessos providos de catracas ou cancelas, no caso de não serem acessíveis, dispunham de entradas alternativas acessíveis conjugadas, as portas de correr ou sanfonadas apresentavam frestas com larguras superiores a 15 mm nos trilhos ou guias instalados nos pisos, as portas de vaivém estavam devidamente sinalizadas, as portas instaladas em vestiários, sanitários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde estavam dotados de puxadores horizontais, e se sinalização de portas atendiam o disposto na norma.

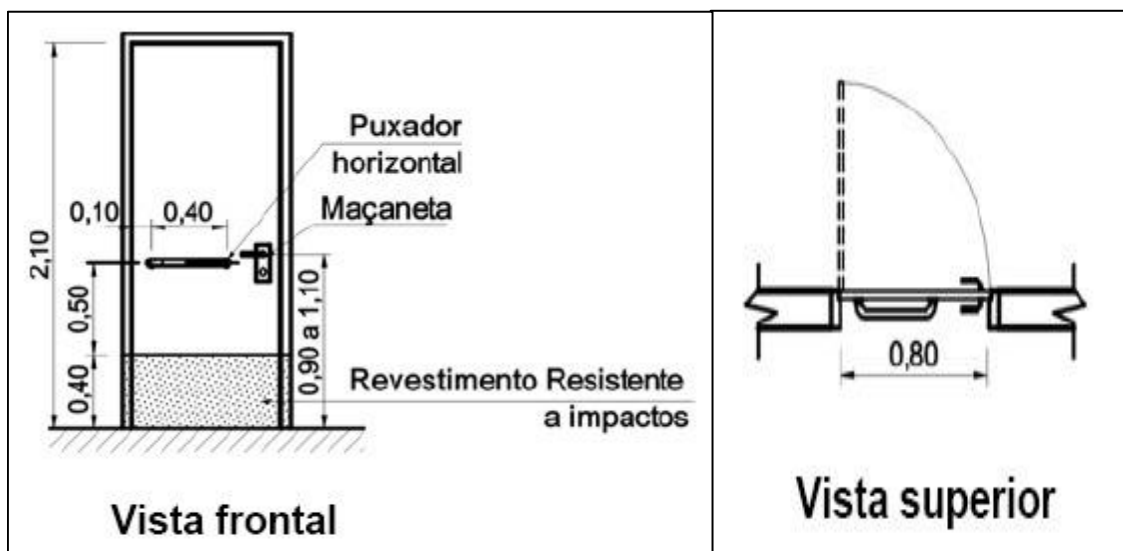


Figura 12: Modelo da Porta de acordo com a norma  
Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

No CETI de Parintins as portas estão na largura de 95 cm ajustadas a norma que exige no mínimo 80 cm, porém as maçanetas não são do tipo alavanca como determina a norma. A porta do ginásio de esporte também está adequada, pois possui um 1,50 m de largura e a norma estabelece no mínimo 1m.



Figura 13: Porta do CETI  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

No Hospital Padre Colombo a maioria das portas são de duas folhas, as portas de entrada e dos corredores estão adequadas, pois cada lado possui 80 cm, as portas das salas não estão de acordo com a norma, umas estão com largura de 65 cm cada lado e outras com 70 cm, sendo que a norma estabelece no mínimo 80 cm.



Figura 14: Portas do hospital Padre Colombo.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

No porto de Parintins as portas de entrada são de correr, e estão com larguras adequadas à norma com 1.72 m e as demais portas das salas também estão de acordo com a norma com 85 cm de largura.



Figura 15: Portas do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

### ✓ Banheiro

Os critérios e parâmetros para banheiros com acessibilidade possuem alguns aspectos como: a instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das considerações dirigidas às áreas de circulação, transferência, aproximação de alcance para facilitar o uso de pessoas com deficiência física, além de sinalizações adequadas para deficiente visual.

Por isso a pesquisa analisou: se as edificações possuíam banheiros normais e banheiros adaptado a pessoas com necessidades especiais, dependendo do tipo de atividade desenvolvida, o número de unidades acessíveis estava adequado, as unidades se encontravam instaladas em rotas acessíveis, os banheiros acessíveis possuíam entrada independente, se existiam desníveis no percurso de acesso ao boxe sanitário.

Foi observado se as portas de acesso tinham abertura para o lado externo e vão livres com largura mínima de 0,80 m, instalado em locais de prática de esportes o vão da porta tinham largura mínima de 1,00 m, as dimensões do boxe atendem as normalizadas de 1,50 m por 1,70 m, há área interna disponível, considerando-se as peças instaladas, permite área de manobra e área de transferências adequadas, os banheiros acessíveis dispunham de barras de apoio, com as características especificadas na norma e instaladas corretamente, se as dimensões do boxe atendiam os requisitos estabelecidos na norma.

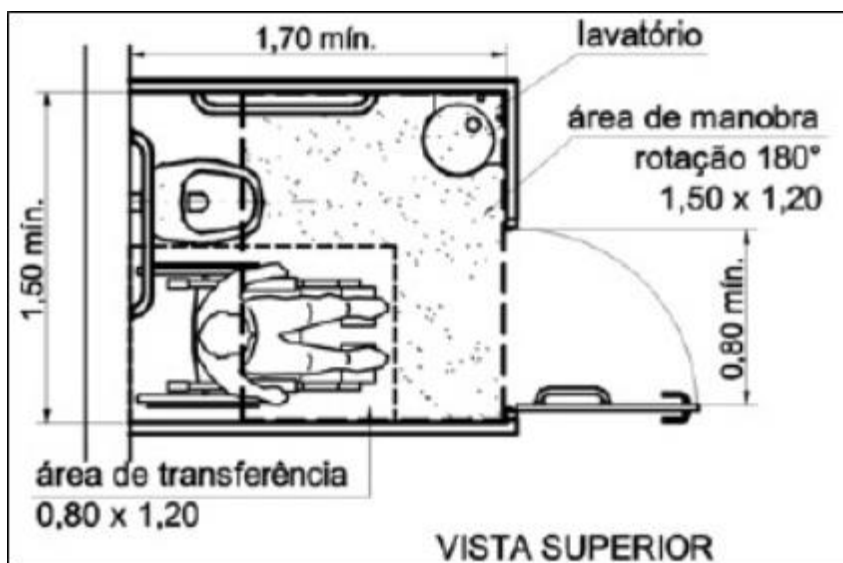


Figura 16: Modelo do banheiro adaptado de acordo com a norma  
 Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

O CETI de Parintins possui cinco banheiros adaptado a pessoas com necessidades especiais, com barras de apoio, a dimensão adequada para manobras do cadeirante, a altura da pia ajustada. Nos banheiros normais, não havia nem um tipo de sinalização e nem piso tátil e a largura das portas internas dos boxes era apenas de 65 cm o que não é o tamanho ideal estabelecido na norma.

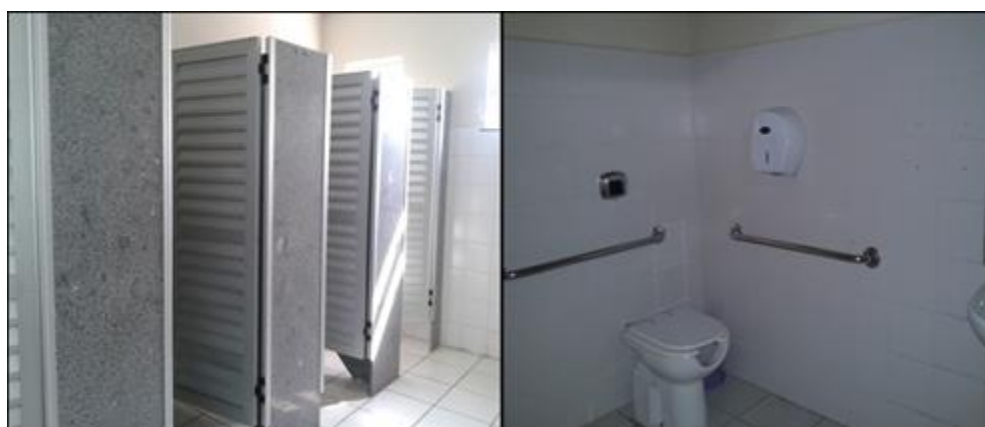


Figura 17: Banheiros do CETI  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

No hospital Padre Colombo não há banheiros adaptados a pessoas com necessidade especiais, alguns banheiros da instituição estão com a largura da porta correta, com 80 cm, os boxes com 1,32 x 1,50m, mas há banheiros com boxes divididos, a parte onde localizasse o

vaso sanitário com 1,10m e a parte do chuveiro com 83 cm, o que dificulta, por exemplo, o acesso de uma pessoa obesa ao tomar banho.



Figura 18: Banheiros do Hospital Padre Colombo  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

No porto de Parintins os banheiros que se localizam no pavimento de baixo possuem o acesso dificultado por uma escada que não tem corrimão, a largura das portas dos banheiros feminino e masculino é de 75 cm o que está incorreto, já as portas dos boxes são de 50 cm, totalmente inadequadas.



Figura 19: Banheiros do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Já no pavimento de cima as portas são de 95 cm condizendo com a norma, dentro do banheiro ha três boxes dos quais um é adaptado, já a pia do banheiro não é acessível a um cadeirante, pois se encontra a 90 cm do chão. Para as pessoas com necessidades especiais utilizarem o banheiro que fica no pavimento de cima há um elevador que proporciona o acesso.





Figura 20: Banheiros do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

### ✓ **Mobiliário**

É o conjunto dos equipamentos localizados em áreas públicas de uma cidade, nesse caso, foram analisados somente os; bebedouros, telefones, balcões e mesas.

Dentre esses itens citados verificou: se nas edificações estavam disponíveis bebedouros acessíveis, no caso de haver suporte de copos, o mesmo se encontravam instalado em altura compatível com a faixa de acesso normalizada, no caso de bebedouro exclusivamente acessível, o mesmo encontrava-se sinalizado com piso de alerta, na edificação estavam disponibilizados aparelhos telefônicos para pessoas em cadeiras de rodas, ou de baixa estatura, se a instalação dos telefones atendiam os critérios estabelecidos na norma.

Também foi verificado se os equipamentos salientes (pisos desnivelados, obstáculos) estavam devidamente sinalizados com piso tátil de alerta na sua projeção como determina a norma, estando disponibilizados outros tipos de aparelhos para deficientes auditivos ou surdos, se nas edificações estavam disponíveis superfícies ou mesas para trabalho ou refeição acessíveis, o número e distribuição estavam adequados, as mesas garantiam área equivalente ao módulo de referência para permitirem aproximação frontal das superfícies, no mobiliário da edificação constavam balcões de atendimento, e a parte da superfície deles estavam adaptada para atendimento de pessoas em cadeiras de rodas, as alturas estavam em conformidade com as dimensões normalizadas.



Figura 21: Modelo da mesa de acordo com a norma  
 Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

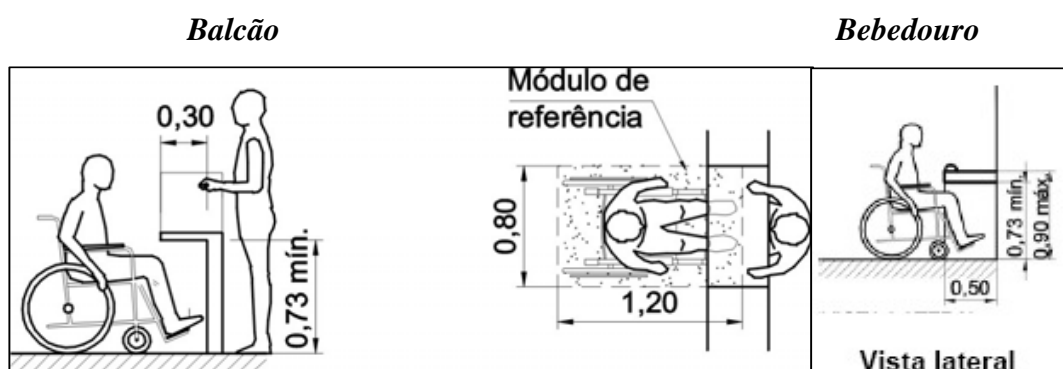


Figura 22: Modelo do balcão e do bebedouro de acordo com a norma  
 Fonte: Guia prático de Acessibilidade / Norma ABNT 9050/2004

No CETI a mesa do refeitório não possui área equivalente ao módulo de referência para permitirem aproximação frontal do cadeirante, o bebedouro da instituição está numa altura apropriada para cadeirante e os corredores são largos permitindo a locomoção dos mesmos, porém não há sinalização em braile nas portas nem piso tátil para locomoção autônoma do deficiente visual.



Figura 23: Mobiliários do CETI  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2015)



No hospital Padre Colombo o bebedouro está numa altura boa, já o guarda-copos está numa altura de 1,30m sendo que o máximo é 1,20 e o mínimo 80 cm. O balcão de atendimento está numa altura de 95 cm sendo que o máximo é 90 cm, e não a rebaixamento para atendimento de um cadeirante ou pessoa com baixa estatura.

O corredor da instituição está com largura adequada permitindo uma boa circulação.

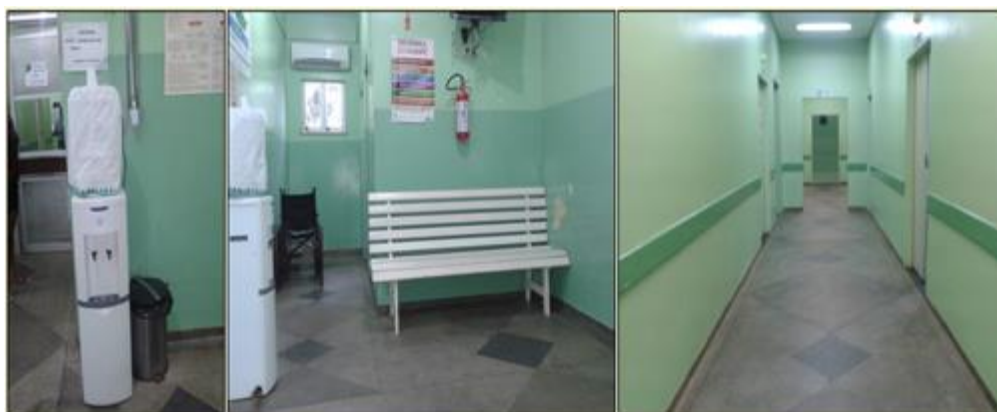


Figura 24: Mobiliários do Hospital Colombo  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

No porto de Parintins os elementos de mobiliários analisados foram o balcão e o bebedouro. O primeiro balcão se encontra inadequado à norma, pois possui 1m de altura, sendo que a norma exige no máximo 90 cm e não há rebaixamento para atendimento de pessoas cadeirante ou com baixa estatura, o segundo balcão também não está adequado o mesmo se encontra a 1,07m de altura. Já o bebedouro se encontra numa altura correta, porém o guarda-corpo está acima do estabelecido na norma de 1,20 m.



Figura 25: Mobiliários do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

## 5. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: CETI, HOSPITAL PADRE COLOMBO E PORTO DE PARINTINS.

Para identificação dos problemas de acessibilidade e mobilidade que os usuários das instituições enfrentam, foi aplicado 15 questionário (ver pg. 40) em cada instituição. O questionário tinha sete elementos importantes para avaliação de acessibilidade.

No CETI, foram aplicados, 05 questionários aos funcionários da instituição, 05 aos alunos e 05 aos participantes de um projeto denominado de Projeto Vida e Arte que se utilizam do ginásio da instituição para realização das atividades terapêuticas, com pessoas que possuem dificuldades motoras, causadas por derrame, ou que já nasceram assim. O gráfico 01 demonstra que 95% dos pesquisados aprovaram os elementos de mobilidade, e 100% acreditam que a instituição possui acessibilidade.

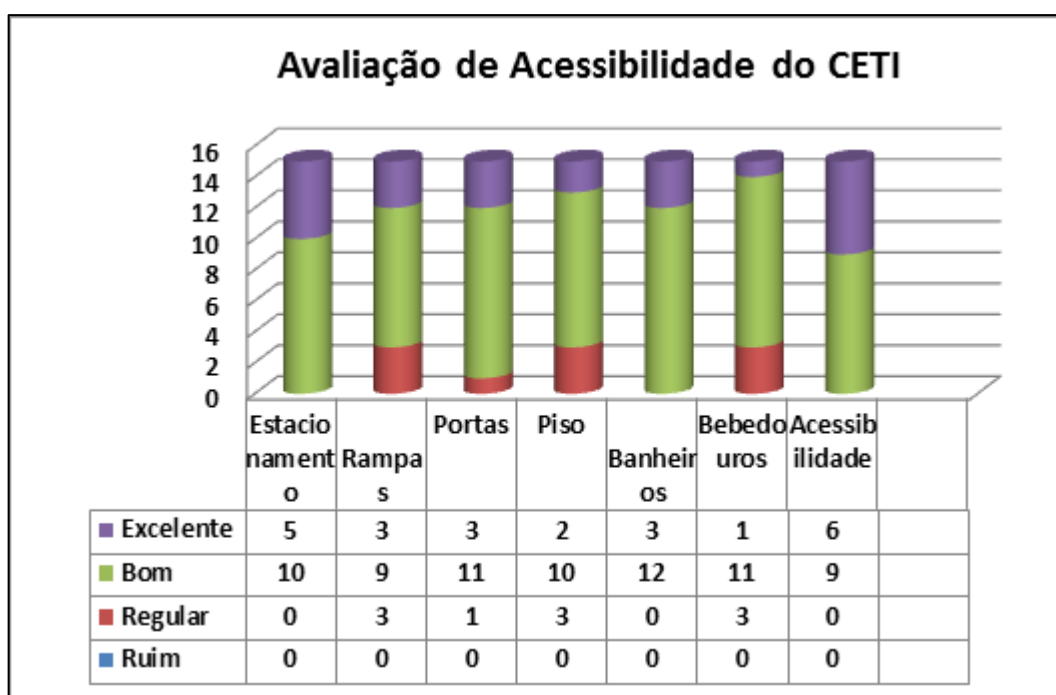


Figura 26: Gráfico do Percentual de avaliação de acessibilidade no CETI  
Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Entretanto com as observações feitas durante o campo e a base teórica adquirida sobre o assunto, a instituição carece de transformações que proporcione mobilidade, como o estacionamento da instituição, que não possui nem um tipo de sinalização, não há vagas reservadas para pessoas com necessidades especiais, assim como falta de organização e separação dos veículos (bicicleta, moto e carros) dos usuários.

Na entrada do CETI, existe uma abertura feita para encaixe das rodinhas do portão de ferro, o que é impróprio para o acesso de um cadeirante ou deficiente visual que terá dificuldades para passar (o mesmo caso se repete no portão dos fundos). No caso de um deficiente visual, a instituição está inadequada, pois, não possui piso tátil, para proporcionar a locomoção do deficiente visual, sinalizações em braile e outros itens que norma determina. Apesar dos problemas detectados, o Centro Educacional de Tempo Integral- CETI, por ser uma escola recente, talvez tenha uma acessibilidade melhor que nas demais escolas de Parintins.

No hospital Padre Colombo foi aplicado 05 questionários aos funcionários e 10 aleatoriamente aos indivíduos que se encontravam no momento da pesquisa. Com os dados adquiridos através dos questionários percebe-se que na opinião dos entrevistados o banheiro possui um acesso ruim, o estacionamento destacou-se como regular, as rampas também destacaram-se como regular e a escada com boa, a largura das portas boas, o bebedouro como regular. Quase 90% acreditam que a instituição proporciona acessibilidade aos usuários.

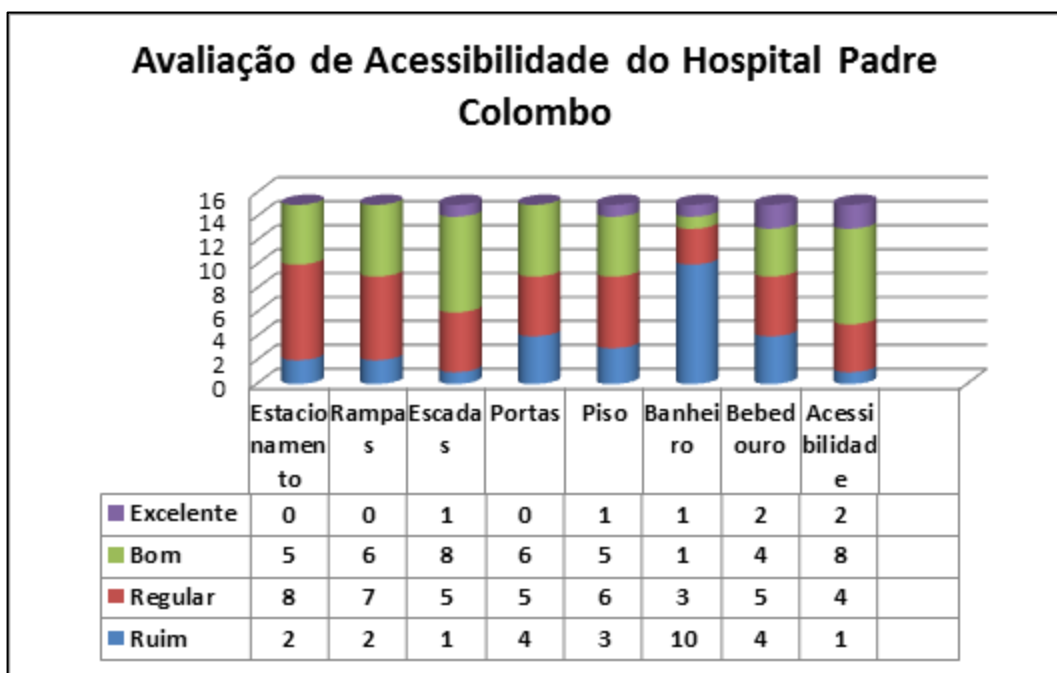


Figura 27: Gráfico do Percentual de avaliação de acessibilidade do Hospital Padre Colombo  
 Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Um cadeirante enfrentará muitas dificuldades para entrar com autonomia a instituição, pois a rampa possui uma inclinação elevada, não terá dificuldades ao passar pelas portas e nem em circular pela instituição porque o corredor está na largura estabelecida pela

norma, porém ao tentar acessar o banheiro sozinho não conseguirá. Já o deficiente visual também não terá nem uma autonomia, porquanto a instituição não possui piso tátil nem braile nos corrimãos e nem nas portas das salas.

Mediante os dados adquiridos no Porto de Parintins percebe-se que 90% dos entrevistados avaliaram o estacionamento como regular, 94% acham a rampa boa, 90% julgaram a escada boa, quase 50% avaliaram a largura das portas como excelente, dos entrevistados 90% acham o piso bom, 94% avaliaram o acesso ao banheiro com bom, 80% julgaram o bebedouro como regular. Dos entrevistados 45% avaliam a acessibilidade como regular, 45% como bom, 8% excelente e 2% Ruim.

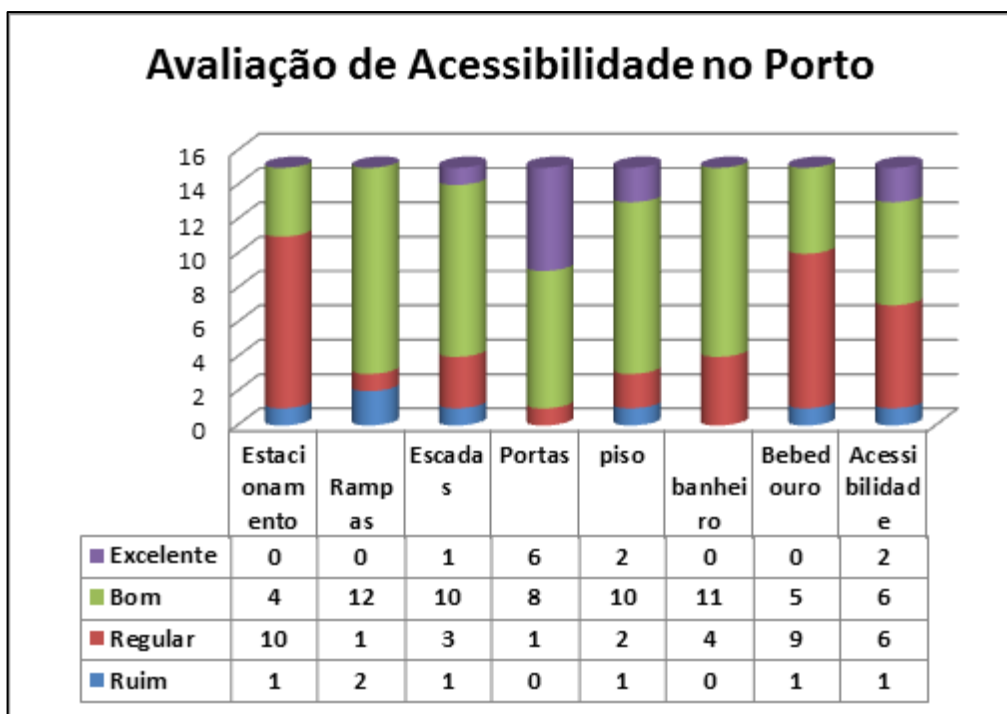


Figura 28: Gráfico do Percentual de avaliação de acessibilidade do Porto de Parintins  
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O porto de Parintins possui um acesso bom para pessoas sem mobilidade reduzida, já um cadeirante ou deficiente visual encontrará algumas dificuldades, principalmente o deficiente visual que não terá nem uma autonomia ao locomover-se pela instituição.

## 6 AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Diante da pesquisa realizada, observou-se que primeiramente é necessário responder a pergunta, Para quem é o acesso? Pessoas sem mobilidade reduzida, com mobilidade reduzida, cadeirantes ou deficientes visuais? Para só então dizer se a instituição proporcionar acesso ou não.

Dessa maneira foi elaborado um gráfico para cada instituição. Onde conclui-se que: No CETI de Parintins o acesso para pessoas sem mobilidade reduzida: varia entre bom e excelente. Já para pessoas com mobilidade reduzida varia entre bom e regular. Entretanto apesar da instituição possuir alguns elementos que acessíveis para cadeirantes como: banheiros, rampas, portas, por outro lado possui elementos inadequados como: estacionamento, outras rampas, alguns empecilhos, que dificultará o acesso ao CETI.

O acesso para deficientes visuais está totalmente inadequado, pois não possui elementos como: piso tátil, nos corrimões não há anéis com textura contrastante com a superfície e com sinalização em Braille, piso tátil de alerta no inicio das rampas e escadas, sinalizações em braile, balizamentos nas rampas entre outros.

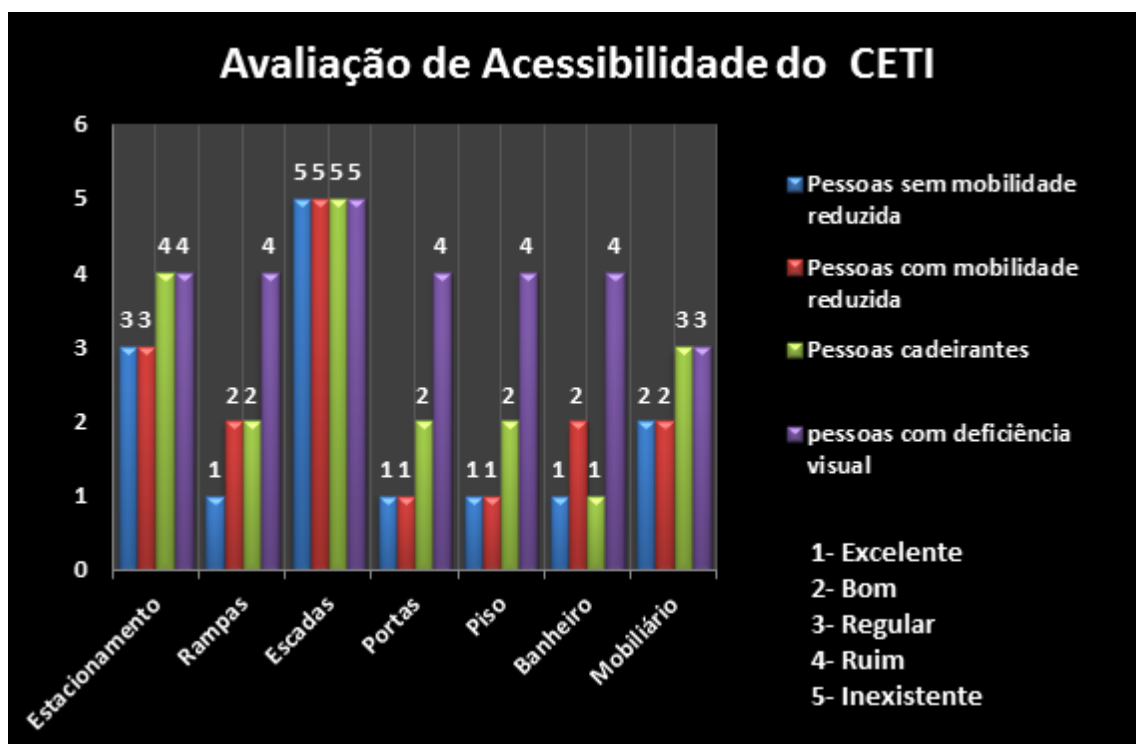


Figura 29: Gráfico do Percentual de avaliação do/ CETI  
Fonte: Pesquisa de campo (2015)

No Hospital Padre Colombo o acesso para pessoas sem mobilidade e com mobilidade transcorre entre bom e regular, um exemplo é o estacionamento que se torna regular, pois o espaço é pequeno e desorganizado. No caso de pessoas cadeirantes a avaliação perpassa entre regular e ruim, pois, possuem rampas muito inclinadas, estacionamento se vagas reservadas, sem banheiros adaptados entre outros.

Pessoas com deficiência visuais vão enfrentar a mesma dificuldade de locomoção que os usuários do CETI, porquanto o hospital também está totalmente inadequado para receber pessoas com deficiência visual.

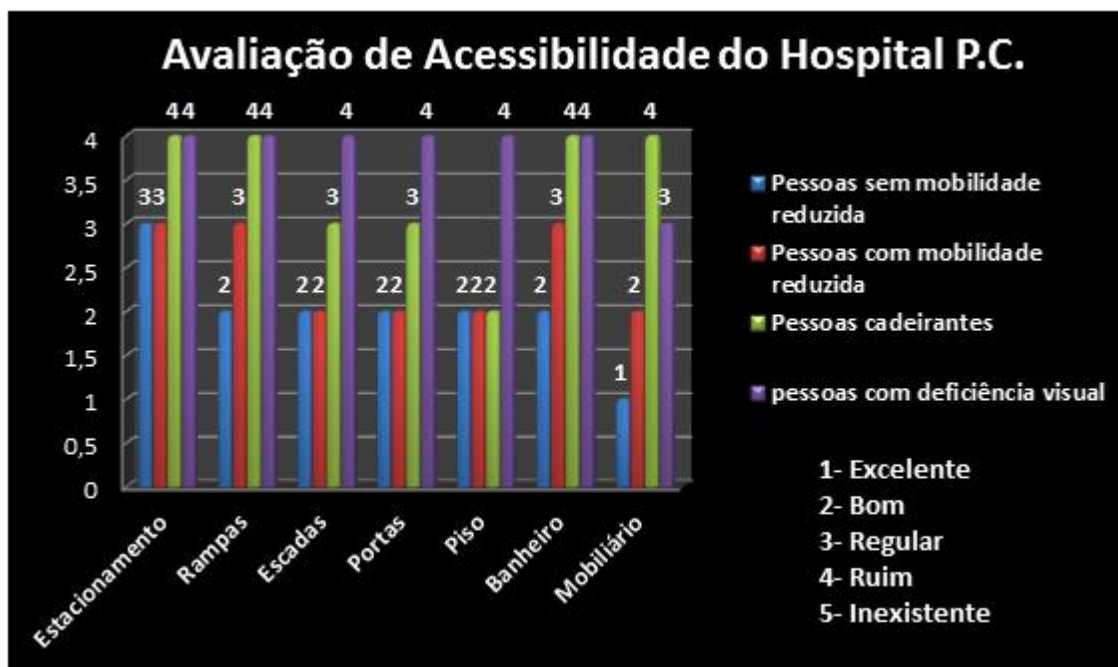


Figura 30: Gráfico do Percentual de avaliação Da Pesquisadora /Hospital P. C.  
 Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O acesso no Porto de Parintins para pessoas sem mobilidade e com mobilidade varia entre excelente, bom e regular. Os cadeirantes iram enfrentaram dificuldades ao pedir informações no balcão visto que estar em altura inadequada, porém o deficiente visual terá mais dificuldade, pois a instituição também não está preparada para promover a locomoção ideal como estabelece a norma.

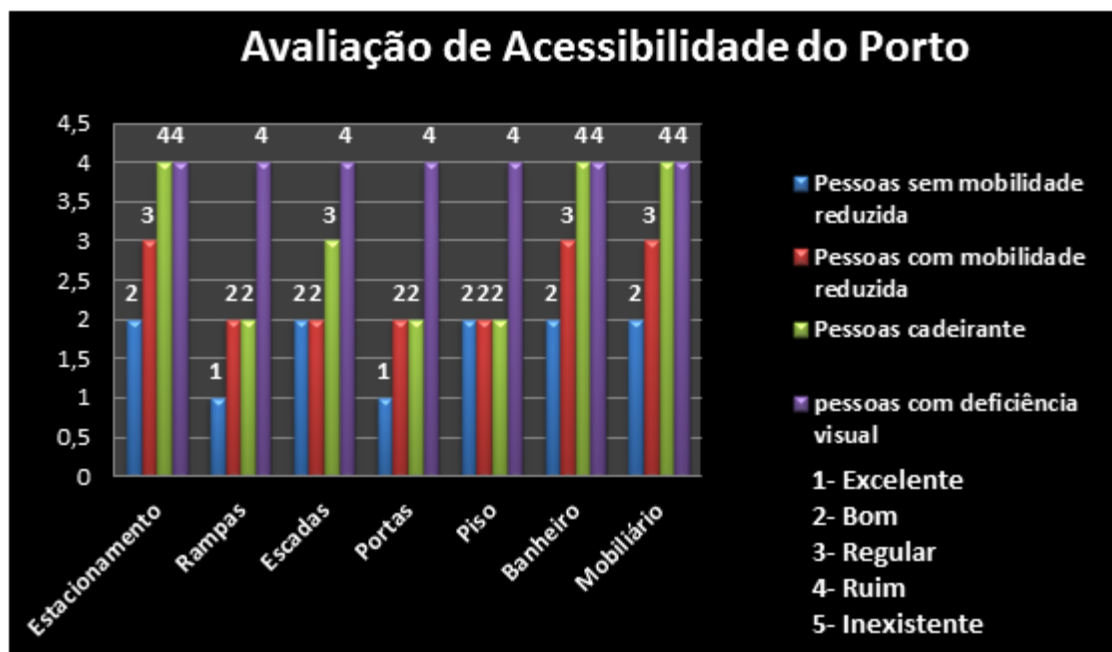


Figura 30: Gráfico do Percentual de avaliação Da Pesquisadora /Hospital P. C.  
 Fonte: Pesquisa de campo (2015)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mobilidade e acessibilidade precisam estar presentes nos espaços públicos das cidades, para que todos sem distinção locomovam-se com total autonomia, pois a liberdade e a independência de cada indivíduo o torna parte de uma sociedade justa e igualitária.

Os termos de Mobilidade e Acessibilidade precisam ser discutidos, tanto na sociedade como nos setores políticos, abrangendo assim o leque de conhecimentos deste assunto, informando e melhorando as cidades.

O Centro Educacional de Tempo Integral, Hospital Padre Colombo e Porto de Parintins, oferecem acessibilidade em parte, pois agregam em si elementos que facilitam e proporcionam acesso a pessoas sem e com mobilidade reduzida, por outro lado, restringe o acesso a pessoas com deficiências físicas e visuais.

Ao fazer uma comparação com as exigências estabelecidas na norma 9050/2004 e as três instituições, conclui-se que o CETI atende somente 50%, o Hospital apenas 40% e o Porto 60% as exigências postas.

É válido destacar que mesmo possuindo pouca acessibilidade, percebe-se um avanço nas novas instituições que já incluem alguns elementos de mobilidade urbana em acordo com normas da ABNT, ou seja, é melhor ter precariamente do que não ter, talvez esse seja o motivo pelo qual 90% dos usuários das três instituições acreditam que as mesmas oferecem

mobilidade e acessibilidade. Entretanto, isso não significa que os prédios devam permanecer sem os melhoramentos necessários.

Fica evidente a necessidade de adaptação nos prédios atuais, assim como o repensar a infraestrutura dos prédios futuros, para que todos possam usufruir dos espaços que lhes são de direito, direitos que em sua maioria são restritos a uma pequena parcela da população.

No entanto, garantir que pessoas com necessidades especiais se locomova com segurança pelos espaços urbanos, não é uma regalia, mas o dever dos poderes públicos, estaduais e federais assim, como dos cidadãos em geral.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR-9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004, versão corrigida 2005.

ALVES A. Lidiane, RIBEIRO FILHO Vitor. **O espaço intraurbano de Uberlândia (MG): perspectivas geográficas** / Lidiane Aparecida Alves, Vitor Ribeiro Filho (Orgs.). – Uberlândia: Edibrás, 2011.

RIBEIRO FILHO Vitor. **Reflexões Geográficas: diferentes leituras sobre o Urbano.**/ Vitor Ribeiro Filho; Lidiane Aparecida Alves. Uberlândia, Edibrás, 2012.

NAVARRO, A. F; MANCEBO, E; MEXAS, M. P; LONGO, O; MOTTA, A. L. **ANÁLISE DE INDICADORES DE ACESSIBILIDADE PARA ACESSO A PRÉDIOS / RESIDÊNCIAS**, Revista Itinerarium v.3 2010.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha, MOTTA, Ana Lúcia Torres Seroa da. **Indicadores de Sustentabilidade em Edificações**. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói RJ. Em 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008.

SOUZA, Nilciane Dinely. **O Processo de Urbanização de Parintins (AM) Evolução e Transformação**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo 2013 p.155.

<http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/>